

Sumário

Parte I - Teoria Geral do Direito Notarial e Registral	13
1. Visão Geral	15
1.1. Conceito	15
1.2. Natureza e função da atividade	15
1.3. Classificação	16
1.4. Incompatibilidade.....	17
1.5. Impedimentos.....	18
1.6. Acumulação de serventias	18
2. Regime Jurídico	19
2.1. Legislação e normas.....	19
2.2. Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça	19
2.3. Conselho Nacional de Justiça.....	20
2.3.1. Código Nacional de Normas	20
2.4. Decisões judiciais.....	21
2.4.1. Decisões jurisdicionais	21
2.4.2. Decisões administrativas com caráter vinculativo	22
2.4.3. Decisões administrativas sem caráter vinculativo	22
3. Regulação da Atividade.....	22
3.1. Fiscalização.....	22
3.1.1. Corregedoria Nacional de Justiça.....	23
3.1.2. Corregedorias Gerais locais	24
4. Emolumentos.....	24
4.1. Introdução.....	24
4.2. Conceito	25
4.3. Natureza jurídica	25
4.4. Bem jurídico tutelado	25
4.5. Classificação dos atos.....	25

4.6.	Procedimentos	26
4.7.	Selos	27
5.	Princípios Gerais da Atividade	28
5.1.	Introdução	28
5.2.	Princípio da Publicidade	29
5.3.	Princípio da Autenticidade	29
5.4.	Princípio da Segurança	30
5.5.	Princípio da Eficácia	30
6.	Notários e Registradores	30
6.1.	Ingresso na atividade	30
6.2.	Espécies de outorga	30
6.3.	Concurso público	31
6.4.	Provimento da serventia	31
6.5.	Seguridade social	32
6.5.1.	Regime jurídico anterior	32
6.5.2.	Regime jurídico atual	32
7.	Prepostos	32
7.1.	Introdução	32
7.2.	Espécies	33
7.3.	Titular da serventia	34
7.4.	Interinidade	34
7.5.	Intervenção	34
7.6.	Escreventes	35
7.7.	Auxiliares	35
7.8.	Contratados	35
8.	Extinção da Atividade	35
8.1.	Introdução	35
8.2.	Fases	36
8.3.	Classificação	37
8.4.	Efeitos	37
9.	Direitos e Deveres	37

9.1.	Introdução.....	37
9.2.	Função correicional.....	38
9.2.1.	Espécies de correição	39
9.2.2.	Órgãos de fiscalização	39
9.3.	Reponsabilidade civil	39
9.3.1.	Pressupostos.....	40
9.3.2.	Espécies.....	40
9.4.	Reponsabilidade do Estado	41
9.5.	Reponsabilidade criminal	41
9.6.	Reponsabilidade trabalhista	42
9.7.	Reponsabilidade fiscal	42
10.	Infrações Disciplinares.....	43
10.1.	Introdução.....	43
10.2.	Condutas repreendidas.....	44
10.3.	Penalidades	44
10.3.1.	Introdução.....	44
10.3.2.	Conceito e natureza jurídica	44
10.3.3.	Classificação	45
10.3.3.1)	Repreensão.....	45
10.3.3.2)	Multa	45
10.3.3.3)	Suspensão.....	45
10.3.3.4)	Perda da delegação	46
10.3.3.5)	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).....	46
11.	Processo Administrativo Disciplinar	47
11.1.	Introdução.....	47
11.2.	Conceito	47
11.3.	Natureza jurídica	47
11.4.	Procedimento administrativo	47
11.5.	Sentença	48
11.6.	Prescrição.....	48
11.7.	Reabilitação	48

Parte II Teoria Geral do Protesto 49

1. Visão Geral.....	51
1.1. Conceito	51
1.2. Natureza jurídica.....	51
1.3. Características.....	52
1.4. Regime jurídico	52
1.5. Pressupostos.....	53
1.6. Efeitos	53
2. Espécies	54
2.1. Quanto à função	54
2.1.1. Protesto necessário	54
2.1.2. Protesto facultativo.....	55
2.2. Quanto ao tipo	55
2.2.1. Protesto comum.....	55
2.2.2. Protesto especial para fins de falência	56
2.3. Quanto ao motivo	56
2.3.1. Por falta de pagamento	56
2.3.2. Por falta de aceite	57
2.3.3. Por falta de devolução	58
2.3.4. Por falta de data no aceite.....	58
3. Princípios.....	59
3.1. Princípios normativos	59
3.1.1. Princípio da Autenticidade ou veracidade	59
3.1.2. Princípio da Publicidade	60
3.1.3. Princípio da Segurança Jurídica.....	60
3.1.4. Princípio da Eficácia.....	61
3.2. Princípios doutrinários	61
3.2.1. Princípio da Oficialidade	61
3.2.2. Princípio da Unitariedade.....	61
3.2.3. Princípio da Insubstitutividade	62
3.2.4. Princípio da Celeridade	62
3.2.5. Princípio da Formalidade Mitigada	63
3.2.6. Princípio da Rogação	63

3.3.	Demais princípios.....	63
4.	Títulos Protestáveis	64
4.1.	Visão Geral.....	64
4.2.	Princípios	65
4.2.1.	Princípio da Literalidade	65
4.2.2.	Princípio da Cartularidade	66
4.2.3.	Princípio da Autonomia	66
4.3.	Classificação	66
4.3.1.	Quanto ao modelo.....	66
4.3.2.	Quanto à estrutura	67
4.3.3.	Quanto às hipóteses de emissão.....	67
4.3.4.	Quanto à circulação	67
4.4.	Títulos de Crédito	68
4.4.1.	Nota promissória.....	68
4.4.2.	Cheque	69
4.4.3.	Duplicata	69
4.4.3.1)	Noções gerais	69
4.4.3.2)	Duplicata eletrônica	70
4.4.3.3)	Duplicata de venda mercantil.....	71
4.4.3.4)	Duplicata de prestação de serviço	71
4.4.4.	Letra de câmbio.....	72
4.4.5.	Cédula de Crédito Bancário	73
4.5.	Outros Documentos de Dívida.....	73
4.5.1.	Noções gerais.....	73
4.5.2.	Certidão de Dívida Ativa (CDA).....	75
4.5.3.	Encargos condominiais	76
4.5.4.	Locação	77
4.5.5.	Títulos judiciais	78
4.5.6.	Título Executivo Extrajudicial	79
Parte III – Estrutura do Tabelionato de Protesto		81
1.	Atribuições.....	82
2.	Escrituração	83

2.1.	Visão geral	83
2.2.	Livro Protocolo	84
2.3.	Livro de Protesto	84
2.4.	Índices	85
2.5.	Arquivos	86
3.	Conservação	87
4.	Ordem dos Serviços	88
5.	Distribuição.....	89
6.	Emolumentos	90
6.1.	Previsão legal.....	90
6.2.	Depósito prévio.....	91
6.3.	Cotação dos atos praticados	92
6.4.	Digitalização e gravação eletrônica	92
6.5.	Isenções e gratuidade	93
6.6.	Microempresário e empresa de pequeno porte	93
	Parte IV – Procedimento do Protesto	95
1.	Apresentação.....	100
1.1.	Apresentante.....	100
1.2.	Forma da apresentação	101
1.3.	Protocolização.....	102
1.4.	Recibo ou formalização da apresentação.....	102
1.5.	Responsabilidade pelas informações fornecidas.....	103
2.	Qualificação.....	103
2.1.	Noções gerais.....	103
2.2.	Títulos em moeda estrangeira.....	106
2.3.	Títulos sujeitos à correção	108
2.4.	Títulos de crédito eletrônicos	109
2.5.	Protesto para fins falimentares.....	111
2.6.	Cheques	112

3.	Intimação	115
3.1.	Noções gerais.....	115
3.2.	Intimação convencional.....	116
3.3.	Empresas representantes.....	119
3.4.	Intimação por edital	120
3.5.	Intimação no protesto especial para fins de falência	121
4.	Desistência.....	122
4.1.	Admissibilidade	122
4.2.	Legitimidade para requerer	122
4.3.	Forma do requerimento	123
4.4.	Efeitos da desistência.....	123
5.	Sustação	123
5.1.	Conceito	123
5.2.	Efeitos	124
5.3.	Procedimento	124
5.4.	Emolumentos	125
6.	Contraprotesto.....	126
7.	Pagamento	127
7.1.	Legitimados	127
7.2.	Forma	127
7.3.	Prazo	128
7.4.	Quitação dada pelo tabelião.....	129
8.	Registro.....	130
8.1.	Lavatura e registro	130
8.2.	Requisitos	131
8.3.	Prazo	133
9.	Renegociação de Dívidas.....	134
9.1.	Regime jurídico.....	134
9.2.	Disposições gerais	135
9.3.	Procedimento	135

10. Retificações.....	138
10.1. Noções gerais.....	138
10.2. Retificação de erro material.....	138
10.2.1. Conceito	138
10.2.2. Forma	138
10.2.3. Legitimidade	138
10.3. Retificação de erro substancial.....	139
11. Cancelamento.....	139
11.1. Conceito	139
11.2. Cancelamento administrativo.....	140
11.2.1. Noções gerais.....	140
11.2.2. Legitimidade para requerer.....	141
11.2.3. Carta de não anuência do credor	141
11.3. Cancelamento judicial.....	142
11.4. Formalização do cancelamento	143
12. Publicidade.....	143
12.1. Publicidade formal	143
12.2. Alcance e limites da publicidade.....	144
12.3. Expedição de certidões.....	144
12.4. Homonímia	145
12.5. Certidão diária em forma de relação	146
12.6. Informações e cópias.....	146
12.7. Serviço centralizado para prestação de informações e fornecimento de certidões	147
13. CENPROT	147
Parte V – Jurisprudência e Modelos de Peças	151
14. Decisões do STJ	152
14.1. Protesto de outros documentos de dívida	152
14.2. Protesto de CDA	153
14.3. Intimações	154
14.4. Prazo	154

14.5.	Dano moral pelo protesto de irregular.....	155
15.	CGJSP CSMSP TJSP	156
15.1.	Dívida ativa.....	156
15.2.	Protesto de outros documentos de dívida	157
15.3.	Intimação por edital.....	157
15.4.	Emolumentos	158
16.	Modelos de Peças.....	160
16.1.	Protesto.....	160
16.2.	Nota de Recusa	161
16.3.	Proposta Negocial Prévia ao Protesto.....	162
16.4.	Termo de Renegociação com Cancelamento após 1ª Parcela ..	164
	Referências.....	165